



Número: **0812841-23.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **01/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AUREA SOUSA DA SILVA (AUTOR)		RAURISTENIO LIMA BEZERRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6069953	22/08/2019 15:53	Certidão	Certidão
6069955	22/08/2019 15:53	13578094-89ca-4b44-9932-e5dff3047d6c	INFORMAÇÃO
5936171	12/08/2019 13:43	Despacho	Despacho
5256686	04/06/2019 15:34	Certidão	Certidão
5228916	01/06/2019 10:58	Petição Inicial	Petição Inicial
5228917	01/06/2019 10:58	peticao inicial	Petição
5228918	01/06/2019 10:58	procuração1	Procuração
5228919	01/06/2019 10:58	doc pessoais	Documentos
5228920	01/06/2019 10:58	comp de residencia	Documentos
5228921	01/06/2019 10:58	declaração hipossuficiencia	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5228922	01/06/2019 10:58	comp renda	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5228923	01/06/2019 10:58	bo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5228924	01/06/2019 10:58	atendimento samu	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5228925	01/06/2019 10:58	relatórios e atetado médicos	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
5228926	01/06/2019 10:58	documentos comprobatorios	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0812841-23.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: AUREA SOUSA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, efetuei a juntada da informação de envio pelos correios.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 22 de agosto de 2019.

LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina





LISTA DE POSTAGEM A FATURAR

DATA GERAÇÃO: 22/08/2019 15:48 Nº LISTA: 18578 FOLHA: 1
DATA IMPRESSÃO: 22/08/2019 15:48

NOME DO CLIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ 06981344000105

Nº DO CONTRATO

Nº CARTÃO DE POSTAGEM

9912353314

69460256



N. Serviço	Nº do Objeto	CEP	VD (R\$)	ADIC.	VC (R\$)	N.F.	Destinatário	Cartão Post.
1 12556 CARTA REG	BI938665954BR	01310-100		AR MP	0.0		BANCO PAN	69460256/4ª VARA CIVEL
2 12556 CARTA REG	BI938665999BR	64001-370		AR MP	0.0		MAPFRE SEGUROS	69460256/4ª VARA CIVEL
3 12556 CARTA REG	BI938666005BR	04794-000		AR MP	0.0		MAPFRE SEGUROS	69460256/4ª VARA CIVEL
4 12556 CARTA REG	BI938666022BR	04794-000		AR MP	0.0		BANCO BV FINANCEIRA S/A	69460256/4ª VARA CIVEL
5 12556 CARTA REG	BI938666036BR	64001-370		AR MP	0.0		SEGURADORA LIDER DOS	69460256/4ª VARA CIVEL
6 12556 CARTA REG	BI938666040BR	64000-060		AR MP	0.0		BANCO DO BRASIL S/A	69460256/4ª VARA CIVEL
7 12556 CARTA REG	BI938666067BR	06029-900		AR MP	0.0		BANCO	69460256/4ª VARA CIVEL
8 12556 CARTA REG	BI938666075BR	04710-090		AR MP	0.0		BANCO HONDA S.A.	69460256/4ª VARA CIVEL
9 12556 CARTA REG	BI938666098BR	64045-000		AR MP	0.0		BANCO DO BRASIL	69460256/4ª VARA CIVEL
10 12556 CARTA REG	BI938666172BR	06455-000		AR MP	0.0		AYMORE CREDITO,	69460256/4ª VARA CIVEL
11 12556 CARTA REG	BI938666190BR	20031-205		AR MP	0.0		SEGURADORA LIDER DOS	69460256/4ª VARA CIVEL
12 12556 CARTA REG	BI938666212BR	01311-920		AR MP	0.0		FUNDO INVESTIMENTO	69460256/4ª VARA CIVEL
13 12556 CARTA REG	BI938666331BR	69005-290		AR MP	0.0		BENCHIMOL IRMAO CIA	69460256/4ª VARA CIVEL
14 12556 CARTA REG	BI938666362BR	04543-901		AR MP	0.0		BANCO INDUSTRIAL DO	69460256/4ª VARA CIVEL

TOTAL

14

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CORREIOS - CARIMBO

CONTRATANTE - ASSINATURA/NOME LEGÍVEL

NÚMERO DO DOCUMENTO

Declaro que recebi 14 objetos.

CORREIOS - ASSINATURA E MATRÍCULA COLETOR

CORREIOS - ASSINATURA E MATRÍCULA
CONFERENTE



Assinado eletronicamente por: LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA - 22/08/2019 15:53:50

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1908221553503050000005808698>

Número do documento: 1908221553503050000005808698

Num. 6069955 - Pág. 1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0812841-23.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]
AUTOR: AUREA SOUSA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Coelho de Resende, 530, (Zona Sul), Centro, TERESINA - PI - CEP: 64001-370

MANDADO

Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a **RÉU:**
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
ciente do conteúdo abaixo:

DESPACHO-CARTA

1. Preenchido os requisitos legais, defiro ao Autor os benefícios da justiça gratuita.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Deixo para análise do pedido de tutela antecipada após o contraditório.

DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO/CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.

TERESINA-PI, 9 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina da Comarca de TERESINA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0812841-23.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: AUREA SOUSA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e pedido de justiça gratuita, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 4 de junho de 2019.

LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA

Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina

PETIÇÃO INICIAL E DOCS EM PDF

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA _____ VARA
CÍVEL COMARCA E CIDADE DE TERESINA - PIAUÍ.**

**AUREA SOUSA DA SILVA FURTADO,
BRASILEIRA, DIVORCIADA, SECRETÁRIA, RG 3.967.616 SSP/PI, CPF
037.272.283-00, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA 13 DE MAIO,
3231, APTO 01, BAIRRO PIO XXII, TERESINA, PIAUÍ, CEP 64001-150,**
por seu procurador e advogado que esta subscreve, procuração em anexo,
com endereço profissional à Rua Paraguai, 3459, Três Andares, Teresina –
Piau´, CEP 65017-670, vem, mui respeitosamente, à honrosa presença de
Vossa Excelência, requerer

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT

em face da **LÍDER ADMISTRADORA DO SEGURO DPVAT – CNPJ
09.248.608/0001-04 (localizável na nesta capital na autorizada
MAPFRE SEGUROS especializado em Corretores de Seguros),** com
endereço Rua Coelho de Resende, 530 - Centro, Teresina - PI, 64001-370,
pelas razões a seguir aduzidas:

DA JUSTIÇA GRATUITA

A Autora é assalariada, não possuindo condições
financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu
sustento e de sua família. Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da
Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a AJG a

requerente. (cópia do contracheque e Declaração de Hipossuficiência de Recursos, em anexo)

1-DOS FATOS

A Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 08/02/2017, por volta das 13:40h, na Avenida Gil Martins, Bairro Tabuleta, na cidade de Teresina -PI, a mesma: *“CONDUZIA A MOTO HONDA/BIZ 125, ANO 2015, PLACA PIK 8552, PROPRIETÁRIA/CONDUTOR DA MOTO NO DIA DO ACIDENTE, RELATA A VÍTIMA QUE TRAFEGAVA NA AV. GIL MARTINS QUANDO UM ÔNIBUS DA EMPRESA TRANSBRASIL ESTAVA TRAFEGANDO NA CONTRAMÃO E COLIDIU COM A MOTO DA VÍTIMA, LESIONADA FOI SOCORRIDA PELO SAMU E ENCAMINHADA PARA O HOSPITAL DA UNIMED DA PRIMAVERA”*, fato este registrado pela autoridade policial como consta o Boletim de Ocorrência em anexo.

Diante do ocorrido, a vítima ora demandante é beneficiária do valor correspondente ao seguro DPVAT, conforme boletim de ocorrência e documentos relatórios do Hospital Unimed, pois a mesma necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares. (em anexo).

De se registrar, ainda, que conforme relatório médico, datado de 19 de abril de 2017, assinado pelo médico Igor Damasceno A. Araújo, CRM/PI 3802 (em anexo) a requerente ***“Paciente refere acidente de trânsito (moto) em 08/02/2017, evoluindo com fratura do cuneiforme medial e cuboide D, optado por tratamento não cirúrgico com imobilização, deve permanecer afastada de suas atividades diárias por mais 30 (trinta) dias a contar de hoje”***,

Como se vê no atestado fornecido pelo médico acima citada, o acidente automobilístico resultou debilidade com limitações funcionais.

Cumprir informar, também, que a demandante teve vários gastos com medicamentos e sessões de fisioterapia durante todo tratamento ocasionado pelo referido acidente, entretanto a seguradora demandada nunca pagou os valores devidos.

A Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT para DAMS e INVALIDEZ, tendo sido NEGADO pela Seguradora, ora requerida. ABSURDO!

Portanto, não restou alternativa à autora, senão socorrer-se a este judiciário para ver o seu direito, ora lesionado, restabelecido.

2-DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

EMENTA: SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. LEGITIMIDADE CONCORRENTE DE QUAISQUER SEGURADORAS INTEGRANTES DO CONVÊNIO JUNTO A FENASEG, INDEPENDENTEMENTE DO PEDIDO ADMINISTRATIVO PROCESSADO ANTERIORMENTE POR SEGURADORA DIVERSA DA DEMANDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(Recurso Civil Nº 71000694430, Segunda Turma Recursal Civil, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 26/04/2006).

Cobrança do seguro DPVAT pode ser ajuizada no local do acidente, do domicílio do réu ou do autor.

STJ - 12/8/2011.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que o autor de ação para receber o seguro DPVAT pode escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento de ação decorrente de acidente de veículo: o do local do acidente, de seu domicílio ou ainda do domicílio do réu.

Apesar desse entendimento consolidado, os ministros do STJ ainda julgam conflitos de competência para decidir qual juízo deve julgar esse tipo de ação. Foi o que ocorreu com o caso de uma moradora de São Paulo, que ajuizou ação no Rio de Janeiro, local de domicílio da seguradora. De ofício, o juiz rejeitou a competência por entender que a ação deveria ser proposta onde a autora reside.

O Juízo da 6ª Vara Cível de Santo Amaro (SP), para onde foi enviado o processo, também

rejeitou a competência para julgar a ação e submeteu o conflito negativo de competência ao STJ. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, observou que esse é um caso de competência relativa com base em critério territorial.

Como a exceção de incompetência não foi apontada pela seguradora e a incompetência foi reconhecida de ofício pelo juízo, o ministro aplicou a Súmula 33 do STJ: A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

Segundo Sanseverino, ainda que a incidência da súmula tivesse sido superada, o juiz do Rio de Janeiro não estaria com razão, tendo em vista a faculdade do autor da ação de escolher onde quer ajuizá-la.

Com essas considerações, em decisão individual, o relator conheceu do conflito para declarar a competência do juízo de direito da 16ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

3-LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos

dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

4-DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pela Promovente é proporcional ao dano, vez que ocorreu debilidade com limitação funcional, laudo médico e relatórios em anexo.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é

indenizável; desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, por tanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despender; que em um caso como este, nunca cessarão.

Sendo assim, tem sim direito, a autora à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, a Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. Diante de tudo o que sofreu a autora e que vem sofrendo, pois esta ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que a autora tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso da autora.

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo Médico e relatórios hospitalar apresentados, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito da Promovente de receber a devida indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, a Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

5- DO PEDIDO

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação;
- c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita a autora, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- d) Requer a aplicação da teoria da distribuição do ônus da prova. com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial. tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;
- e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal da Promovente;
- f) A condenação da requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento);

g) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado Rauristênio Lima Bezerra, OAB/PI 13123, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, parágrafo 1º do CPC;

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Teresina, 01 de junho de 2019.

Rauristênio Lima Bezerra
OAB/PI 13123